

A PROPÓSITO DA PUBLICAÇÃO RECENTE  
DE UMA OBRA DE DIVULGAÇÃO SOBRE A METODOLOGIA  
DA GEOGRAFIA

Como explicar a aflitiva mediocridade de pequenas obras de divulgação geográfica recentemente editadas? São manuseáveis, providas de capas atraentes e, segundo o testemunho dos livreiros, conhecem um estimável êxito nas vendas. E, com efeito, novidade publicarem-se em Portugal obras de metodologia geográfica destinadas a um largo público (na contra-capa indica-se, no entanto, discretamente que os temas «correspondem a conteúdos programáticos recentes da disciplina de Geografia do Ensino Secundário e Pré-Universitário»). A fraca qualidade dos livros escolares assumidos como tal e o renovo geral do interesse em relação à nossa disciplina explicam o seu sucesso. Seria um prazer felicitar as autoras, ambas minhas antigas alunas e, no caso de uma delas, outrora colaboradora dedicada e autora de investigações valiosas, marcadas pelo rigor e o exigente cuidado em nunca levar a tentativa de interpretação além do que os factos averiguados permitem. Só que a leitura do livro <sup>(1)</sup> deixa, desde as primeiras páginas, o utilizador muito confuso.

O título é ambicioso: *A Evolução do Pensamento Geográfico*. O plano é simples: as 22 páginas do capítulo I tratam de «A Geografia no Contexto das Ciências», as 73 do capítulo II da «Evolução Histórica do Pensamento Geográfico», desde «A Geografia na Antiguidade» até «A Geografia Radical e Liberal e a Marxista e Anarquista» (!); 36 páginas são textos de apoio, 1 página é consagrada à bibliografia. A apresentação gráfica é agradável, com títulos bem destacados e letras de corpo grande. Mas, desde o início, o estilo, ao mesmo tempo confuso e incerto, pretencioso e afirmativo, leva a desconfiar da qualidade do conteúdo.

Sem nos embrenharmos nos conceitos de ciência apresentados pelas autoras, vamos simplesmente considerar algumas das definições de geografia propostas. Afirma-se, na página 11, que «A existência da geografia como ciência justifica-se pela capacidade que esta tiver de criar réplicas de distribuições espaciais». «Se o objecto da geografia são os fenómenos que existem à superfície da Terra, eles apenas lhe interessam na medida em que ocupam espaço, isto é, não são os fenómenos em si mesmos que lhe interessam [...] mas sim a sua expressão geográfica — padrão da sua distribuição no espaço», explicita-se na página 20. Por exemplo, no crescimento de uma cidade, a geografia explicará «o contexto espacial propriamente dito, isto é, os padrões que regulam todas as distribuições no espaço, e não o crescimento da cidade em si» (p. 21). Como o leitor podia não ter entendido, repete-se (p. 26): «A geografia debruça-se sobre a estrutura espacial de um fenómeno à superfície da Terra, e não sobre o fenómeno em si». Trata-se, na realidade,

<sup>(1)</sup> CONCEIÇÃO COELHO FERREIRA, NATÉRCIA NEVES SIMÕES, *A Evolução do Pensamento Geográfico*, Gradiva, s. l., s. d. [1986], 142 p.

de uma concepção muito desincarnada da geografia e, no entanto, as autoras estão convencidas que a geografia «contribui, de modo decisivo, para o bem-estar da sociedade» (p. 11). Ainda bem, mas como?

Em conclusão do capítulo I (p. 28) afirma-se: «Aquilo que distingue a geografia das outras ciências (quaisquer que sejam) são, pois, as questões acerca de *localizações, estruturas espaciais e processos espaciais*, pois nenhuma outra ciência tem a ver com distribuições de fenómenos num espaço territorial ou com estruturas espaciais». Esta afirmação deve deixar perplexos os cultores da maioria das outras ciências, assim relegados para um espaço não territorial e não estruturado!

No capítulo II declara-se que «os primeiros indícios de uma preocupação com a distribuição dos fenómenos surgiram desde os primórdios da humanidade» (p. 29). Não sei bem como é que as autoras descobriram este importante facto, mas elas não têm medo de afirmar a seguir (p. 34), saltando sem hesitação milhões de anos: «O *segundo* mapa da antiguidade foi elaborado por Recateu de Mileto (560-480 a. C.)». A produção de obras foi realmente fraca nos primórdios da geografia! Algumas páginas mais longe ficamos a saber que um dos aspectos «da geografia — ciência da localização dos lugares — vai manter-se durante séculos e chegar até ao século XVIII». Devemos entender que este «aspecto» (que seria a resposta à pergunta «Onde?») já não existe na geografia moderna? Na página seguinte é dito que: «A resposta a outra questão fundamental da geografia — ‘O que existe nesse lugar?’ — é dada pelos geógrafos viajantes». Se nos lembrarmos da definição desincarnada da geografia que foi imposta ao princípio do livro, teremos de concluir que estes geógrafos viajantes tinham a condenável fraqueza de se interessarem pelos «fenómenos em si»!

A redacção confusa e apressada do livro leva a curiosos deslizes. É assim que o comprimento exagerado do Mediterrâneo no mapa do mundo de PTOLOMEU, «último geógrafo da antiguidade», teve consequências insuspeitáveis: «Este erro permaneceu até ao século XVII, o que levou Colombo a pensar que tinha chegado à Índia quando apenas chegara à América» (p. 42). A maioria ignorante dos geógrafos que, infelizmente, persiste em se interessar pelos factos «em si», continua a imaginar que Colombo chegou à América no século XV, pensando ter atingido a Ásia oriental e não a Índia. Mas não se julgue que PTOLOMEU é um geógrafo menosprezado pelas autoras. Na página 46, afirmam que «PTOLOMEU foi o último geógrafo com consciência disso [a esfericidade da Terra] até ao século XV». Notável longevidade!

É as autoras vão andando na sua visão salteada e fantasista da história, afirmando (p. 47) que «enquanto a ciência decaía no mundo ocidental», o «estabelecimento do Império Muçulmano» (?), que «dominava uma área muito vasta, desde o Afeganistão até ao Atlântico, com excepção da Itália, França, Turquia e Balcãs» (?), provocou um desenvolvimento científico. Acrescentam (p. 50) que, «*simultaneamente*, a cartografia desenvolvia-se na China»: será que pensam ser a ciência chinesa tão recente? Sem dúvida que não porque, logo na frase seguinte, afirmam: «*desde sempre* que os governantes chineses se preocupavam

com fazer descrições geográficas das áreas que administravam, acompanhadas de mapas»: ficamos assim muito esclarecidos.

Para quê continuar esta resenha? Não há, infelizmente, uma página deste livro que escape aos deslizes, erros, afirmações gratuitas, confusões e contradições. As figuras, na maioria reproduzidas de manuais de larga difusão, nunca apresentam a indicação da fonte. Os erros «pontuais» são tão numerosos que não interessa estabelecer o seu rol. Só alguns poucos exemplos: afirma-se na página 24 que HETTNER denominou a geografia de *wissenschaft* (sem maiúscula), isto é, «sabedoria do espaço» (para quê meter-se numa língua que se desconhece?); na página 64, que surgem «no fim do século XVIII, princípio do século XIX, os primeiros censos» (valerá a pena Portugal possuir um notável censo do princípio do século XVI!); na página 73, que VIDAL DE LA BLACHE teria feito um doutoramento em geografia, quando apresentou em 1872 uma tese de história antiga, versando a personalidade de um rico retórico e mecenas grego do segundo século da nossa era, HERODE ATTICUS; na página 84, se destaca logo no título a confusão entre «geografia quantitativa ou nova geografia», etc.

Mas muito mais grave do que estes inúmeros erros factuais é a confusão de ideias generalizada e a facilidade em afirmar peremptoriamente opiniões mal fundamentadas. Este pequeno livro é, infelizmente, a expressão acabada da profunda crise que atravessa o ensino da Geografia em Portugal, desde os programas demasiado ambiciosos e pouco ou nada coordenados ministrados pelas Universidades, sem o apoio de manuais nacionais quando os alunos dominam cada vez pior as línguas estrangeiras, até à falta de diálogo e concertação entre os responsáveis (se os há?) dos vários níveis de ensino, com a introdução de reformas parciais e pouco pensadas e a elaboração apressada de manuais de ocasião.

De quem é a culpa? Das autoras, da editorial? Com certeza que sim, mas será tão justo, ou tão pouco justo, dizer que a culpa é do Ministério, dos programas, do sistema... ou de qualquer outra entidade mítica.

O problema não é, com certeza, específico da geografia. Numa sociedade em rápida mutação é inevitável que a confusão das ideias seja facto frequente. Temos obrigação, no entanto, de lutar para manter o leme firme durante a tempestade, em vez de nos deixarmos sacudir cegamente aos empurrões desencontrados pelas novidades mal assimiladas, que pretendem trazer milagrosamente a salvação, através da recusa do passado.

SUZANNE DAVEAU